



A ORIGEM NÓRDICA DO CEARENSE E OS EFEITOS DA BRANQUITUDE NO ESTADO DO CEARÁ

Thiago Silva de Castro¹

Resumo: Discorro, neste artigo, sobre o embranquecimento discursivo da população do Ceará, tendo por base a ideia de origem nórdica do cearense, construção discursiva que veio à tona no final de julho de 2020, quando uma pesquisa encomendada a um laboratório estadunidense analisou os genes de 160 habitantes do estado e chegou à conclusão de que a genética predominante na população seria a mesma dos povos nórdicos. Ao analisar a questão, busco situar essa narrativa dentro de um panorama discursivo monopolizado historicamente pela branquitude, o que aponta para a sustentação de uma autoimagem embranquecida do estado, a qual tem como efeito a minimização da contribuição de grupos não brancos na constituição étnico-cultural do Ceará, embora os dados populacionais relativos ao estado digam o contrário.

Palavras-chave: Branquitude. Raça. Discurso. Ceará.

THE NORDIC ORIGIN AND THE EFFECTS OF WHITENESS IN THE STATE OF CEARÁ/BRAZIL

Abstract: *This paper discusses the discursive whitening of the population of Ceará/Brazil based on the idea of the Nordic origin of Ceará, a discursive construction*

¹ Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) – Universidade Federal do Ceará (UFC) – Fortaleza – Brasil – thiagonoda@hotmail.com – <https://orcid.org/0000-0003-0652-8589> - Bolsista CAPES

that surfaced in late July 2020, when a research commissioned to an American laboratory analyzed the genes of 160 inhabitants of the state and came to the conclusion that the predominant genetics in the population would be the same as that of the Nordic peoples. When analyzing the question, I seek to place this narrative within a discursive panorama historically monopolized by whiteness, which points to the support of a whitened self-image of the state, which has the effect of minimizing the contribution of non-white groups in the ethnic-cultural constitution of the country Ceará, although population data for the state say otherwise.

Keywords: Whiteness. Race. Speech. Ceará/Brazil.

EL ORIGEN NÓRDICO Y LOS EFECTOS DE LA BLANQUEDAD EN EL ESTADO DE CEARÁ/BRASIL

Resumen: En este artículo, analizo el blanqueamiento discursivo de la población del estado brasileño de Ceará a partir de la idea del origen nórdico de sus habitantes, construcción discursiva que afloró a finales de julio de 2020, cuando una investigación encargada a un laboratorio estadounidense analizó los genes de 160 habitantes del estado y llegó a la conclusión de que la genética predominante en la población sería la misma que la de los pueblos nórdicos. Al analizar este hecho, busco situar tal narrativa dentro de un panorama discursivo históricamente monopolizado por la blanquedad, que indica la idealización de una autoimagen blanqueada del estado, que tiene el efecto de minimizar la contribución de los grupos no blancos en el proceso de construcción étnica y cultural de Ceará, aunque los datos poblacionales del estado apuntan lo contrario.

Palabras clave: Blanquedad. Raza. Discurso. Ceará/Brasil.

Introdução

Eu sou da terra da luz, eu sou do Ceará
(Italo e Renno)

O trecho que escolhi como epígrafe de abertura para este texto foi retirado de uma música bastante popular no estado do Ceará, chamada *Ceará Terra da Luz*, da dupla de músicos Ítalo e Renno. Ele faz referência à principal alcunha usada para qualificar o estado: *Terra da luz*. Quando eu era criança, pensava que esse apelido tinha relação com as fortes temperaturas do estado, em razão

do Sol abundante em seu território durante o ano quase todo, até descobrir que isso se devia a outro motivo. O Ceará foi o primeiro estado brasileiro a abolir oficialmente a escravidão, o que se deu no dia 25 de março de 1884, quatro anos antes da Lei Áurea, que sancionou a libertação dos escravizados no Brasil – ao menos, no papel. Teria sido esse o motivo de tão reluzente título, já que o movimento abolicionista do estado teria dado um passo à frente, tornando-se um símbolo de luta em favor da liberdade.

Apesar de tão importante contribuição, a verdade é que a história dos povos étnicos que ajudaram a construir o estado nunca esteve no centro dos debates sobre a construção de uma *identidade cearense*, sendo essa composta por narrativas difusas e bastante imprecisas. Além do mais, como ocorre em todos os lugares do país, essas narrativas sempre foram propriedade de elites intelectuais e econômicas, que faziam o estado frequentemente figurar como sua imagem e semelhança. Diferente de lugares como a Bahia, estado nordestino conhecido pelo grande contingente de população autodeclarada negra, que tem sua própria história e os discursos sobre sua cultura atrelados às influências dos povos trazidos do continente africano, o Ceará constrói narrativas acerca de si que nem sempre nos dão informações contundentes sobre o papel dos negros nas produções simbólicas de sua cultura. Algo semelhante se dá em relação aos povos indígenas, embora comprovadamente o seu território tenha sido habitado por diferentes etnias nativas, o que se percebe nos nomes de muitas de suas cidades e regiões – *Cariri, Inhamuns* etc.

Embora o panorama citado se desenhe com frequência, fazendo com que o próprio imaginário sobre o estado se dilua nos referenciais genéricos acerca da região Nordeste, uma terra árida e seca, apresentada em narrativas idílicas sobre sertanejos fortes e valentes, mas também banhada por praias paradisíacas e exóticas, algo fora da curva chamou a atenção dos cearenses a esse respeito nos últimos tempos. No final de julho de 2020, uma pesquisa foi divulgada em diferentes meios de comunicação, dando conta de uma suposta *origem nórdica do cearense*. O título da matéria, publicada no portal do *Diário do Nordeste*, jornal de maior circulação no Ceará, dizia: *Origem do Cearense: nórdicos superam índios e negros na genética*. A notícia, que foi parar nos telejornais locais, provocou polêmica nas redes sociais, em que se gerou um grande debate acerca dos resultados da pesquisa.

Chamado de *GPS-DNA Origins Ceará*, o estudo teria colhido material genético de 160 pessoas de diferentes regiões e grupos étnicos do estado com o objetivo de desvendar a questão lançada pelo advogado, professor e ex-governador do Ceará Parsifal Barroso em seu livro *O cearense*, originalmente publicado em

1967. Barroso fez uma pesquisa em busca de mapear os povos que teriam originado o arquétipo do cearense, mas teria se limitado a investigações históricas documentais. Segundo as matérias que publicaram a pesquisa, ela teria se baseado no princípio de que o estudo de Parsival Barroso estaria *incompleto*, sendo a tecnologia de rastreamento genético a única possibilidade de resposta sobre a origem do cearense. As 160 amostras de DNA foram enviadas a um laboratório norte-americano, onde se constatou que o genoma indígena seria o segundo mais predominante entre os cearenses, perdendo apenas para o dos povos *vikings*, provenientes da região da Escandinávia.

Considerando as implicações contidas nesse estudo, o artigo tem por objetivo examinar os efeitos discursivos provocados por essa pesquisa, buscando refletir sobre os dispositivos raciais mobilizados por ela na produção de narrativas sobre o estado do Ceará. Nessa direção, deseja-se analisar os discursos produzidos sobre a suposta origem nórdica do cearense à luz do conceito de *branquitude*, aqui entendida, ao mesmo tempo, como o lugar de pertencimento racial atribuído ao sujeito branco e como um poder de classificação racial do *outro*. Nessa perspectiva, entende-se o *ser branco* como algo que “[...] se expressa na corporeidade, isto é, na brancura, e vai além do fenótipo” (Müller e Cardoso, 2017: 13), configurando-se como lugar material e simbólico de privilégio.

Ao levar em conta tal aspecto, busca-se pensar a ideia de *origem nórdica do cearense* como resultado da produção de um discurso que visa disputar o campo das narrativas oficiais sobre a identidade do cearense de modo a inserir o indivíduo branco no centro dessa construção, produzindo um efeito de verdade. Ressalta-se que *discurso* aqui é pensado pela perspectiva foucaultiana, entendido como objeto de desejo, ou, para usar uma expressão mais precisa, como “[...] o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 1996: 10). Em linhas gerais, tendo por foco o contexto cearense, o artigo visa construir uma reflexão no campo das relações raciais brasileiras que toma o branco por objeto, buscando inverter posições históricas que geralmente tomam negros, indígenas e outras populações *não brancas* como objeto de estudo, visando assim contribuir para a minimização da “falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais [...]” (Bento, 2016: 28).

O histórico silenciamento de indígenas e negros no Ceará

A história do Ceará, embora carregue consigo inúmeras particularidades, compartilha com a narrativa histórica nacional uma infinidade de acontecimentos. Um dos mais notáveis certamente foi o desejo de embranquecer sua

população. É sabido que o Século XIX trouxe consigo uma grande carga de transformações para a estrutura da sociedade brasileira, influenciadas por mudanças ocorridas no campo científico e intelectual da época. Foi mais ou menos em meados do mesmo século que aportaram no Brasil as chamadas *teorias raciais*, no momento em que o regime escravocrata começava a dar evidentes sinais de crise para parte das elites brancas brasileiras, o que viria a desembocar nos movimentos abolicionistas. Dentre as teses defendidas por tais teorias, a de que a mestiçagem levaria as populações à degeneração era certamente uma das mais fortes. Conforme Schwarcz (2012), tais concepções também foram adotadas no Brasil; porém, elas passaram por uma releitura no sentido de negar a ideia de mestiçagem como fator necessariamente degenerativo. O projeto brasileiro apostou na interpretação de uma *miscigenação positiva*, que, em longo prazo, poderia resultar no embranquecimento da nação. Foi assim, conforme a autora, que, de modo paralelo ao processo de libertação dos escravizados, “[...] iniciou-se uma política agressiva de incentivo à imigração, ainda nos últimos anos do império, marcada por uma intenção também evidente de ‘tornar o país mais claro’” (Schwarcz, 2012: 39).

O processo citado parece ter deixado marcas profundas no Ceará, muito embora a política de imigração europeia não tenha sido uma tônica na história do estado. A ausência de discursos racializados e, por outro lado, a presença constante de narrativas que tendem a minimizar a influência de grupos indígenas e negros na constituição racial do cearense é bastante recorrente, o que se verifica inclusive em discursos oficiais. Tudo isso parece ser parte de um movimento histórico que, na maior parte das vezes, institui um modelo imagético-discursivo que, se não exclui por completo a participação dos povos não brancos na constituição cearense diretamente, frequentemente o faz pelo silêncio a respeito das peculiaridades dessas experiências. Mas, como também alerta Schwarcz (2019: 22), “[...] quando persiste o silêncio, é porque existe, com certeza, excesso de barulho”.

No que se refere às populações indígenas cearenses, suas histórias de contato com os brancos parecem estar intrinsecamente ligadas aos processos coloniais que se desenharam na região Nordeste, que, como aponta Neto (2006), não foram homogêneos. Em linhas gerais, conforme o autor, tais processos foram graduais, iniciando com as missões religiosas que se desenharam entre os Séculos XVII e XVIII em aldeamentos de catequização que abarcavam grupos indígenas de diferentes padrões culturais. Em um segundo momento, em meados do Século XVIII, promoveu-se a inserção de homens brancos nesses territórios e foram estimulados os casamentos interétnicos. Por fim, houve um

grande fluxo migratório em direção às vilas em vias de expansão, o que teria se dado sobretudo com a Lei de Terras de 1850, que resultou em um processo sistemático de extinção dos aldeamentos e na sua incorporação aos municípios em desenvolvimento. Esse movimento colonizador no âmbito da região certamente foi o grande responsável por uma grande desagregação das culturas indígenas, pois foram tecidos como processos graduais de aculturação, mistura forçada e limitação e/ou usurpação das terras em posse dos indígenas. Tais modelos de *mistura*, que tiveram como objetivo a diluição dos sistemas culturais dos povos tradicionais da terra, imiscuindo-os nos modos de vida brancos, certamente foram comuns em todo o território brasileiro. Mas é inegável que o Nordeste aparece como um exemplo forte de seus resultados, onde a presença e influência cultural indígena é constantemente pensada como algo distante.

É no interior desse quadro de silenciamento da presença indígena no Nordeste que surge o discurso sobre o *desaparecimento* dos povos indígenas em território cearense. Assim como ocorre em outros estados, a luta por reconhecimento das identidades e pela demarcação de terras é uma realidade presente no cotidiano das etnias cearenses até os dias atuais. Conforme texto publicado no site *A verdade*², em 20 de junho de 2020, existem 14 etnias reconhecidas no estado do Ceará hoje, espalhadas por 18 municípios em diferentes regiões do estado. Em geral, elas vivem uma dura realidade, ameaçadas por problemas como especulação imobiliária, desmatamentos e regulação fundiária. As dificuldades enfrentadas pelas etnias indígenas no Ceará atualmente certamente são reflexos das violações perpetradas por séculos contra seus ancestrais por parte dos poderosos do território. Segundo Neto (2006), os indígenas habitantes das terras cearenses sempre foram tratados como *sujeitos misturados* que viviam indistintamente no mundo dos brancos, narrativa que representou uma manobra por parte das elites locais com o intuito de usurpar suas terras ancestrais. A ideia da extinção dos índios em terras cearenses foi um discurso construído por latifundiários que visavam se apoderar de seus territórios. A complexidade da constituição étnica dos indígenas do estado, levada a cabo pelos processos coloniais, fora usada como justificativa para que, por muito tempo, fossem pensados como ausentes de sua população, discurso que, conforme o autor, iria se consolidar na segunda metade do Século XIX, mas que já se fazia presente desde o final do Século XVIII, quando a economia da pecuária começara a ser praticada na capitania do Ceará pelos grandes criadores de gado.

2 O texto pode ser consultado no endereço a seguir. Disponível em: <<https://averdade.org.br/2020/06/a-luta-dos-povos-indigenas-no-ceara/>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

Para além dos mecanismos de mistura social citados, vale apontar que a colonização do Ceará foi levada a cabo também por meio da escravização de indígenas. Souza (2006), ao tratar sobre a ocupação branca na região do Vale do Acaraú, no norte cearense, afirma que a mão-de-obra indígena fora usada à exaustão pelos sesmeiros que se estabeleceram no local nas mais variadas atividades. Além disso, a inserção do gado e a criação de fazendas nas áreas ocupadas pelos nativos gerou incontáveis conflitos que resultaram no aprisionamento de inúmeros indígenas. Ao analisar os inventários *post mortem* de diversos proprietários estabelecidos na região, o autor constatou a presença tanto de pretos quanto de indígenas sob a posse desses homens, afirmando que a importância de tais documentos residiria

[...] na referência de escravos e indígenas terem a mesma convivência como mão-de-obra nos trabalhos nas fazendas de criar. No sertão cearense, negros da terra e da África dividiram o mundo do trabalho com a predominância, até meados do século XVIII, de indígenas, e no XIX, da escravidão africana e afrodescendentes, somando-se a esses um contingente de negros livres que buscavam os sertões cearenses (Souza, 2006: 36).

Chama atenção, além da convivência da escravidão de pretos e indígenas no Ceará, a presença de uma população livre que não se constituía apenas de brancos. Ainda conforme o autor, à medida que a ocupação do território do estado se alastrava, ela trouxe consigo um contingente significativo de pretos e pardos livres para trabalhar nas fazendas onde se cultivava a pecuária, o que demonstra que a presença das populações não brancas fora uma constante na formação da sociedade cearense não apenas na condição de escravizadas. Essas pessoas ocupavam diversos espaços no cotidiano da província tanto durante o período colonial quanto no império e certamente contribuíram ativamente na constituição étnico-cultural do estado, a despeito do silêncio imposto pela narrativa branca.

Tal como ocorre com as populações indígenas, a presença negra na história cearense também passa por um movimento de apagamento. Mas se, no caso dos primeiros, esse mecanismo se constrói com base em uma narrativa sobre seu suposto *desaparecimento*, a omissão sobre a contribuição dos negros na constituição cearense se dá com base na *pouca expressividade* do regime escravocrata no Ceará, dando a entender que isso teria limitado a ação da cultura negra no estado, identificada como *pouco marcante*. Segundo Marques (2013), esse discurso teria sido gestado no Século XIX “[...] por alguns intelectuais que defendiam a pouca influência do negro na constituição étnica e cultural do

povo cearense, numa interpretação marcada por argumentações de membros do Instituto Histórico do Ceará” (Marques, 2013: 348). Tal instituição, fundada em 4 de março de 1887 com a intenção de gerir e catalogar aspectos históricos, geográficos e antropológicos referentes ao território cearense, nasceu como parte de um projeto mais amplo de produção de entidades similares, as quais tiveram como instituição inauguradora o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado no Rio de Janeiro em 1839.

Conforme Schwarcz (1993), inspirado em iniciativas similares na Europa, o referido instituto teve como principal função a catalogação de elementos com o intuito de compor uma história nacional, servindo de base para as demais entidades que surgiram em seu rastro no país. De acordo com a autora, embora o objetivo desses institutos tenha sido o de produzir um acervo capaz de contar a história de um país que tentava perseguir uma identidade independente, por meio do subsídio do imperador e de seus influentes sócios, pertencentes a prestigiosos grupos econômicos e sociais da época, terminaram por se constituir como repartições especializadas em produzir e consolidar saberes oficializados. Um dos principais resultados disso, evidentemente, foi a produção de narrativas sobre o Brasil contadas pelo ponto de vista de uma elite branca, que desprivilegiou em muitos aspectos a participação de outros grupos étnicos nessa construção histórica, seja pelo apagamento ou pela subalternização e neutralização de suas ações. Isso também teve seus reflexos no Ceará, que parece ter optado por uma narrativa baseada na suposta “fraca” presença do elemento negro no desenvolvimento cultural do estado.

Mas a questão é que essa visão não parece ter ficado totalmente no passado. A despeito do contexto histórico de seu surgimento, esse discurso, conforme Marques (2013), reapareceria em uma importante publicação sobre os componentes culturais do estado na década de 1970, reafirmando a “inexpressividade” da contribuição negra na cultura cearense em comparação à lusitana. Tal dado demonstra de modo conciso a produção e a perpetuação de um discurso que visa, direta ou indiretamente, o reforço da ideia de um Ceará branco, trabalhando fortemente para o estabelecimento de um imaginário que despreza a histórica presença de negros, tanto escravizados quanto livres, em terras cearenses. Sobre essa presença, Souza (2006) a demonstra de modo muito explícito ao analisar a realidade da cidade de Sobral, na região norte do Ceará, com base em dados do início do Século XIX:

No senso de 1804, a população de Vila de Sobral era composta de 9.952 habitantes. Os brancos eram 2.781, pretos e pardos livres, 4.193 e pretos e pardos

escravos somavam 2.978. Ou seja, 72% da população eram compostos por negros e pardos (livres e escravos). [...] Já em 1808, para a vila de Sobral foram registrados 14.629 habitantes, sendo 3.636 brancos (25%), 397 índios (2%), 2.907 pretos (14%), 8.589 mulatos (59%). Segundo esses dados, a população afro-brasileira era de 63% (Neto, 2006: 37).

Tais dados, embora se refiram à população de uma única cidade, podem nos dar uma dimensão sobre a constituição do contingente populacional do estado. Percebe-se facilmente, apenas por esse limitado universo, que a presença negra no cotidiano da província não só era real como, em alguns casos, como o da cidade de Sobral, conseguia superar a de brancos. Isso reforça a percepção de que a narrativa sobre a inexpressividade da influência da cultura negra no Ceará está diretamente atrelada a um projeto de embranquecimento da população, que se perpetuou como uma ideia amplamente difundida.

Inúmeros são os fatores para a concretização dessa atitude, sendo um dos principais a própria popularização das teorias de caráter eugênico³ disseminadas no Século XIX no Brasil, das quais a elite cearense também se apropriou. Contudo, uma das razões certamente também foram os discursos que se produziram no período da abolição no território do Ceará. Se, no âmbito nacional, esse feito foi pintado como *um presente do Estado Brasileiro aos negros*, quatro anos antes, a libertação dos escravizados cearenses também foi noticiada como “[...] um reflexo de uma elite benevolente que supostamente teria conduzido prematuramente os negros cearenses à Abolição da escravidão” (Assunção, 2009: 07). Um dos efeitos mais fortes desse discurso foi o de produzir uma imagem estática e passiva dos negros escravizados em território cearense, o que trabalha bastante no sentido de furtar o protagonismo desses sujeitos nesse processo. Há muitos registros de fugas e tensões envolvendo senhores e escravizados na história do Ceará, demonstrando que essa relação, como em qualquer outra parte do Brasil escravocrata, fora sempre permeada por tensões. Ao tratar

3 A eugenia se configurou como um movimento científico, social e político entre o final do Século XIX e início do Século XX, tendo por foco a produção de concepções hierarquizadas sobre os grupos sociais. Influenciado pela perspectiva determinista do *darwinismo* social ou *teoria das raças*, cujo princípio via na miscigenação e na mistura racial um fator de “degeneração cultural”, o movimento eugênico pretendeu intervir na reprodução da população, visando diluir e eliminar o elemento não branco da constituição étnica no mundo ocidental. Para os defensores dessa ideia, essa ação contribuiria diretamente para o desenvolvimento dos grupos sociais, visto que o progresso era então percebido como um aspecto inerente de “sociedades puras”, livres de qualquer processo de mistura. No Brasil, esse pensamento foi levado à cabo com afincamento por parte da elite intelectual e econômica do país, tendo inclusive adeptos entre conhecidos nomes da ciência e da literatura nacional. Para mais informações sobre o movimento eugênico brasileiro, ver Schwarz (1993).

sobre a escravidão em Fortaleza no Século XIX, Assunção (2009) afirma que foram muitos os escravizados que barganharam suas alforrias por meio de estratégias comportamentais como a *fidelidade aos senhores* ou que compraram sua liberdade e a de seus filhos, fato que não deve ser visto como acomodação e conformismo dentro de um sistema de forças marcado por uma brutal desigualdade, até mesmo porque isso também teria contribuído diretamente para o enfraquecimento da base que sustentava o sistema escravocrata na província.

A campanha abolicionista no Ceará, conforme demonstra Marques (2013), desde suas manifestações até sua concretização em 1884, foi permeada por um caráter cívico que exaltava a glória dos feitos dos brancos. Além disso, mais do que guiada por questões humanitárias, essa campanha demonstrava maior interesse em aspectos econômicas, pois o entendimento geral era de que a manutenção do regime escravocrata tornaria o país atrasado, uma vez que o impediria de adentrar no universo das nações liberais. Em tal contexto, a abolição era vista como uma prova de *patriotismo* e tinha por base uma narrativa construída pelos brancos, que faziam do feito algo mais importante para eles do que para os próprios libertos. Nesse sentido, os abolicionistas cearenses “[...] promoveram a ausência do negro nas campanhas pela abolição, criando a representação de um escravo passivo e carente de lideranças” (Marques, 2013: 350). As próprias cerimônias que marcaram o acontecimento da abolição cearense, como também demonstra o autor, não foram protagonizadas por negros, reafirmando a ideia da libertação como uma conquista da branquitude abolicionista.

Diante de tal cenário, é possível refletirmos sobre o fato de que, se, por um lado, o Ceará aparece legitimamente como pioneiro no movimento abolicionista do Brasil, também toma a frente na atitude de silenciar sobre a ação dos negros na conquista da liberdade, atitude que seria seguida mais tarde pelo próprio país. Mas, no caso específico do Ceará, em virtude das particularidades do regime escravocrata em uma província considerada periférica por séculos, a estratégia de silenciamento da cultura negra parece ter ido ainda mais longe, minimizando narrativamente a contribuição de tal povo na construção identitária do estado.

Ao nos depararmos com o quadro exposto, percebemos facilmente que a história do Ceará se encontra carregada de atitudes negacionistas em relação à existência ativa de grupos não brancos na constituição de seu povo. Essa postura não se constrói por uma constatação prática da ausência de tais grupos na população do estado. Ela se constitui, na verdade, como mecanismo de *distinção* dentro de um contexto marcado por ideias racistas fortalecidas no Brasil do Século XIX, que viam na constituição étnica do país uma ameaça ao seu

desenvolvimento enquanto nação, levando a cabo um projeto de embranquecimento. O objetivo desse projeto, como nos lembra Maria Aparecida Silva Bento, sempre fora a construção do grupo branco como referencial, tendo como efeito o fortalecimento tanto de sua autoestima como de seu autoconceito em detrimento dos outros, legitimando assim “[...] sua supremacia econômica, política e social” (Bento, 2016: 22). Essa postura negacionista da qual trato aqui consiste em uma tecnologia discursiva criada pela branquitude de elite visando consolidar o Ceará como um estado de brancos, ou ao menos como um lugar onde esses se sobressairiam cultural e etnicamente; logo, como um território capaz de se distinguir dos demais dentro de um país de pretos, indígenas e mestiços.

Para Richard Miskolci (2012), a compreensão da branquitude como algo a ser investigado no âmbito das elites brancas e das relações concretas e imaginadas que essas estabelecem com os grupos não brancos “[...] exige esmiuçar as técnicas de autodomínio e autocontrole inventadas como meio de distinção e, portanto, de ‘embranquecimento’” (Miskolci, 2012: 65). Não pretendo esmiuçar essas técnicas aqui no âmbito comportamental. Mas, no nível discursivo, sua evidência se apresenta dentro de uma subjetividade sócio-histórica que estende suas raízes até os dias de hoje, em uma construção narrativa que leva ao limite a busca por distinção social dentro dos códigos simbólicos valorizados por uma discursividade cunhada por brancos. Percebe-se assim que a história do estado se encontra marcada por tentativas de embranquecimento, ora por meio de afirmação direta da ação dos brancos na constituição identitária cearense, ora por meio do silenciamento e/ou omissão do papel de negros e indígenas nessa construção.

O cearense nórdico e o embranquecimento pelo discurso

Após fazer essa reflexão sobre o histórico silenciamento dos grupos não brancos no Ceará, cabe-me agora retornar diretamente ao tema central sobre o qual se debruça este artigo: o surgimento de uma narrativa acerca das supostas origens nórdicas do cearense. Algo importante a ser citado sobre essa narrativa é que ela elabora modelos imagéticos que visam ilustrar o discurso amparado pela pesquisa que teria identificado essa origem com base nas amostras genéticas colhidas. A matéria que trata do assunto veio à público em 27 de julho de 2020, sendo publicada de forma escrita pelo jornal Diário do Nordeste⁴ e em

4 Matéria completa. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/origem-do-cearense-nordicos-superam-indios-e-negros-na-genetica-1.2970540?fbclid=IwAR1t9zvSLKsi4aahhNlSFMj_sVekM2f5emu8NnsGT76fzsYfaHZ8SJBAYiQ>. Acesso em: 24 jun. 2022.

audiovisual no CETV⁵, telejornal local exibido pela TV Verdes Mares, afiliada da Rede Globo no Ceará. Tanto o jornal quanto o canal de televisão são pertencentes ao grupo Edson Queiroz, um conglomerado empresarial pertencente a uma família com mais de 15 empresas que atuam em diversos segmentos, desde a comunicação ao ramo alimentício, e que possui grande expressividade no estado. De acordo com as matérias publicadas, a ideia de levar em frente o estudo teria sido de Igor Queiroz Barroso, presidente do conselho administrativo do grupo e neto de Parsival Barroso, que, na década de 1960, escreveu o livro que buscava mapear a origem do povo cearense. Para o administrador do grupo Edson Queiroz, a pesquisa do avô estaria inacabada, o que o teria motivado a levar adiante a busca por ele iniciada.

Algo que chama atenção tanto no texto do site do Diário do Nordeste quanto no vídeo da reportagem exibida pelo CETV é a imagem da família que foi escolhida para ilustrar o conteúdo da pauta. Essa família é composta por uma mulher, um homem e um garoto, filho de ambos. No texto do site do jornal, a foto deles aparece em grande destaque, logo abaixo do título; já no vídeo, a imagem dos três é bastante explorada ao longo da matéria, transmitindo a sensação de que seriam uma espécie de síntese imagética do conteúdo sustentado pela pesquisa noticiada. A mulher, apresentada como uma “legítima cearense com sangue índio”, é negra de pele clara (parda), magra e de cabelos encaracolados e volumosos; seu esposo, um homem aparentemente mais velho, é alto, branco, de olhos azuis e de origem escandinava/dinamarquesa; já a criança é loira, de cabelos lisos e longos e branca como o pai, mas com alguns traços físicos da mãe, como os olhos escuros. De acordo com o repórter que conduz a matéria registrada em vídeo, “segundo a pesquisa, essa seria a principal mistura que caracteriza o povo cearense”.

Durante a entrevista realizada com a mãe do garoto, chama atenção a descrição que ela realiza em relação às características do filho, no intuito de reforçar essa mistura como traço marcante de sua personalidade e características físicas. Entretanto, ao elaborar sua narrativa acerca da identidade cearense do menino, ela foca mais nos aspectos comportamentais do que em seus traços biológicos. Para ela, fisicamente, ele teria mais características herdadas do pai, mas seu “jeito” seria “muito cearense”, recorrendo aos hábitos do garoto como justificativa para tal afirmação, como sua preferência por determinados alimentos, como farofa e feijão preto, em sua interpretação, mais ligados à cultura cearense. Em complemento a tais informações, na matéria escrita, ela diz que, dentro de

5 Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8730865/>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

casa, o menino seria *completamente dinamarquês*; mas, do lado de fora, seria *cearense*, muito embora a matéria não faça um detalhamento desse contraste. Ainda conforme o texto, um dos traços marcantes do garoto seria “a ausência de medo do mar”, exemplificado em sua prática de *kitesurf*, esporte aquático radical que consiste em se movimentar sobre uma prancha levado pelos ventos por meio de uma pipa – também chamada de *kite* – presa na cintura. Esse espírito aventureiro é apresentado na matéria como uma herança dos ancestrais *vikings*, dos quais descendem os escandinavos.

Outro ponto de destaque da matéria, embora citado de forma mais breve, é quando demonstram uma das pessoas que teriam contribuído para o estudo com seu material genético. Trata-se de Cacique Pequena, líder da tribo dos *Jenipapo-Kanindé*, etnia que vive em território pertencente ao município de Aquirás, na região metropolitana de Fortaleza. A matéria frisa que o estudo da amostra de seu DNA comprova que ela é “cem por cento indígena”, o que é bastante explorado pela matéria, no sentido de comprovar a eficácia da pesquisa com material genético. Embora a matéria indique que as amostras de DNA tenham sido colhidas de pessoas das mais variadas etnias – brancos, negros de comunidades quilombolas e indígenas –, nota-se pouca ênfase na narrativa de pessoas representativas dessa diversidade, estando ela mais centrada na família miscigenada apresentada como ilustração no discurso jornalístico e, de modo mais secundário, na experiência da representante indígena. Pessoas negras retintas (quilombolas ou não), e mesmo indivíduos de pele branca nascidos no Ceará, não são apresentados diretamente na notícia.

Vale a pena prestar atenção na narrativa em torno da família apresentada. Nela, o filho do casal, que aparece como fruto da mistura entre uma “cearense legítima” e um escandinavo, dentro do discurso sustentado pela notícia publicada tanto em vídeo quanto em texto, seria uma espécie de modelo daquilo que o cearense geneticamente seria. Aqui, faz-se necessário indicar mais uma vez as características do garoto: branco, loiro e de cabelos lisos. Vale também ressaltar o contraste entre este e sua mãe, que é apresentada como uma cearense típica: negra de pele clara, de cabelos volumosos e cacheados. A matéria do Diário do Nordeste apresenta ainda uma informação no sentido de justificar a ausência de mais pessoas loiras e de olhos claros no Ceará, segundo a qual a genética do índio local seria *muito forte*, diluindo o branco e *formando o pardo*. O texto destaca ainda que, embora tenha contribuído para a formação da população brasileira, de acordo com a pesquisa com as amostras de DNA, *o negro não teve tanta força no Ceará*. Diante disso, a escolha de uma mulher pertencente a uma etnia indígena como a única representante dos colaboradores diretos da

pesquisa genética não se dá por acaso, já que, segundo a mesma pesquisa, os genes ameríndios formariam o segundo grupo mais influente na genética do cearense. Em poucas palavras, é como se, de acordo com o estudo em questão, o DNA do cearense fosse predominantemente nórdico, mas seu fenótipo estivesse mais marcado por características indígenas.

Cabe mencionar a semelhança desse discurso com aquele que foi estruturado ainda no Brasil império e que contribuiu fortemente para o modo como a formação do país é contada ainda hoje, com grande ênfase em uma ideia de miscigenação que elege o indígena como uma espécie de símbolo passivo e romantizado dos nativos da terra e minimiza a contribuição da população negra, em benefício de um triunfo branco. Segundo Schwarcz (2012), isso foi parte do esforço do império no intuito de produzir uma história nacional oficial, que resultou em um concurso em 1844 que visava escolher uma proposta sobre *como a história do Brasil deveria ser escrita*. Conforme a autora, a tese vencedora foi a do cientista alemão Carl von Martius, que defendia exatamente a mistura de gentes e cores como o traço mais característico da população brasileira, colocando de modo inédito três raças humanas lado a lado. Martius criou a metáfora dos três rios simbolizando cada uma das três raças, sendo o maior deles aquele que representava os portugueses, o qual absorveria os outros dois, indicados como menos expressivos:

Assim, tal qual uma boa pista naturalista, o Brasil era desenhado por meio da imagem fluvial, três grandes rios compunham a mesma nação: um grande e caudaloso, formado pelas populações brancas; outro um pouco menor, nutrido pelos indígenas, e ainda outro, mais diminuto, composto pelos negros. Lá estariam todos, juntos em harmonia, e encontrando uma convivência pacífica cuja natureza só ao Brasil foi permitido conhecer. No entanto, harmonia não significa igualdade, e no jogo de linguagem usado pelo autor ficava evidente uma hierarquia entre os rios/raças. Era o rio branco que ia incluindo os demais, no seu contínuo movimento de inclusão (Schwarcz, 2012: 27).

Embora a tecnologia de produção discursiva não seja necessariamente a mesma nos dois casos, percebe-se, em ambos, uma busca por contar a história de uma população com base na mistura racial. A diferença é que, no caso da história do Brasil, essa mistura foi acionada com base na observação direta dos grupos raciais presentes no contexto imperial, considerando seus diferentes lugares de poder dentro da estrutura social. No caso da pesquisa a respeito da

origem do cearense, o mecanismo utilizado para caracterizar essa mistura foi o material genético colhido de 160 pessoas. Cabe observar que, a despeito dos distintos mecanismos utilizados na produção da narrativa, o resultado parece ser semelhante: o predomínio da influência do sujeito branco, seguido de um papel coadjuvante dado ao nativo indígena e a quase inexistência da presença negra na constituição étnica.

Diretamente ou não, a pesquisa genética a respeito da população cearense parece corroborar a ideia de *mestiçagem*, a mesma que Gilberto Freyre exaltou como uma capacidade admirável do português, na qual, segundo ele, “[...] nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer se igualou [...]” (Freyre, 2003: 35). A miscibilidade portuguesa, diz o autor, teria sido a responsável por fazer seus homens se *misturarem gostosamente* com mulheres de cor, produzindo uma abundância de filhos mestiços que compensariam a deficiência de população branca no processo colonizador. É bastante espantoso notar que, conforme a retórica de Freyre, isso teria sido uma experiência harmoniosa, como se se tratasse de um grande encontro de raças sociais convivendo em pé de igualdade, não de um processo de dominação e extermínio. Gilberto Freyre refaz nos anos 1930, a seu modo, a tese de Carl von Martius como uma forma de libertar o país das teorias pessimistas sobre a mistura racial brasileira que, entre o final do Século XIX e início do XX, apontavam a degeneração como destino do Brasil. Mas, se essa narrativa representou uma saída redentora para a realidade étnica do país no nível discursivo, o *mito da democracia racial* não ousou romper a barreira do campo verbal, pois, como frisa Schwarcz (2012), tal retórica enquanto discurso nacionalista não se verifica na valorização prática das populações negras e mestiças, que seguem sendo discriminadas e subjogadas nos diferentes campos que instituem a cidadania.

Chama atenção o fato de a narrativa a respeito da origem nórdica do cearense surgir exatamente quando as pesquisas populacionais indicam um crescimento da população autodeclarada negra no Ceará, bem como uma diminuição da parcela autodeclarada branca. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínuos 2018, realizada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – e divulgada na página do G1 CE⁶ em maio de 2019, entre 2012 e 2018, o número de pessoas autodeclaradas pretas no Ceará foi de 2,9% para 5,3%, sendo que 65,7% do total do contingente populacional do estado

6 Dados publicados em matéria. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/05/22/populacao-declarada-negra-cresce-no-ceara-mas-indice-e-o-menor-do-nordeste-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 24 jun. 2022.

é composto por pessoas autodeclaradas pardas. No mesmo período analisado, constatou-se que o número de indivíduos autodefinidos como brancos caiu de 30,5% para 28,2%, diminuição que, de acordo com a pesquisa, foi verificada em todas as regiões do Brasil. Diante de um número tão expressivo de cearenses que – entre pretos e pardos – se percebem como negros, cabe-nos perguntar sobre quais seriam os efeitos de uma narrativa publicamente construída sobre a relação da genética dessa população com povos nórdicos, certamente alguns dos mais brancos existentes.

Vale a pena observar essa divergência de narrativas pela ótica do que Foucault chama de *biopoder*, por ele definido como uma tecnologia de poder dirigida aos seres humanos não como corpos individuais, mas enquanto *seres vivos* ou *espécie*. Conforme o autor, o poder entendido por essa ótica dá origem a uma *biopolítica*, na qual os processos biológicos são pensados com base em uma visão massificadora, tendo por foco a *população*. Segundo Foucault (1999: 292-293), “a biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder [...]”, sugerindo assim que os discursos produzidos em torno das populações seriam também dispositivos políticos, destinados ao controle dos fenômenos produzidos por e/ou sobre elas. É parte do movimento do biopoder uma política que Foucault classifica como *fazer viver*, em um movimento que, ao mesmo tempo, também *deixa morrer*. Nessa ótica, o biopoder trabalha no sentido de garantir a manutenção da vida do ser humano enquanto espécie, sempre vista como algo coletivo, buscando concretizar isso por meio do estabelecimento de características consideradas necessárias à vida das populações conforme as concepções imperantes no Estado ocidental moderno.

Conforme o autor, é no contexto do estabelecimento da lógica do biopoder que a ideia de raça ganha importância. Mais especificamente, seria no surgimento da população como uma preocupação do Estado moderno que o racismo enquanto tecnologia capaz de segregar a espécie humana em diferentes segmentos se manifestaria, produzindo um corte entre aquilo que *deve viver* e o que *deve morrer*. Para Foucault,

No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros (Foucault, 1999: 304).

Embora não seja uma invenção desse Estado moderno, é nele que o racismo ganha um novo uso e significado, a ponto de o autor afirmar que não existe Estado nessa configuração moderna que, em certo momento, condições e/ou limites, não passe pelo racismo enquanto mecanismo de poder. É com base na ideia de raça que é possível ao biopoder classificar as populações em grupos com características biológicas e imagéticas distintas, definindo-as como racialmente misturadas ou subdividindo-as em grupos diferentes, promovendo assim uma fragmentação dentro desse conjunto biológico que seria a espécie humana. É essa perspectiva que, conforme Foucault, institui lógicas racistas, segundo as quais determinados grupos seriam degenerados e/ou inferiores em relação a outros, fomentando atitudes politicamente orientadas no sentido de eliminar o que se considera contrário a uma suposta manutenção da espécie pensada como modelo universal. Enquanto discurso, essa tecnologia de poder foi a base de muitas teorias eugênicas que pautaram as ideias que orientaram determinadas elites mundiais. Mas, se já atingiu muitos extremos ao longo da História, é possível pensarmos que ela não se extinguiu, assumindo outras faces na contemporaneidade.

Kabengele Munanga (1990), ao refletir sobre a categoria raça, aponta que esse conceito possui pouca significância do ponto de vista científico hoje, o que, segundo ele, não ocorre quando tratamos dele sob a luz do campo étnico-semântico, dado o impacto que historicamente exerce na esfera política e econômico-social de sociedades multirraciais. De acordo com o autor, enquanto reflexo da produção e articulação da categoria raça, o racismo é um artigo próprio da chamada civilização ocidental. Desde o Século XVIII, quando o sistema ideológico religioso que era então responsável por produzir justificativas para as desigualdades sociais existentes perde sua hegemonia, entra em cena um movimento que transmite os poderes de produção de saberes sobre a vida e o humano para as mãos da Ciência. Tal dispositivo, como vimos com Foucault, foi o responsável por dividir a espécie humana, colocando brancos no centro, aspecto que será usado como justificativa para a imposição de seus valores para diversos outros grupos. Mas, se, do ponto de vista discursivo, a instituição desse saber tinha a intenção de superar o modelo de teocrático até então dominante, podemos notar que termina por se transformar em um discurso pseudocientífico que “[...] vai se juntar à explicação religiosa para justificar e legitimar a escravidão, e mais tarde, também, a colonização que garantirá o desenvolvimento industrial da Europa que começa no Século XIX” (Munanga, 1990: 111).

No que concerne especificamente ao caso brasileiro, Antonio Sérgio Guimarães (2003) indica que a questão em torno da ideia de raça assume uma

complexidade particular, uma vez que, até pelo menos o início do Século XX, o termo teve por aqui ares de um *conceito nativo*. Para ele, o fato de a escravidão ter ocupado um lugar de destaque na formação da nação brasileira e, principalmente, o fato dessa escravidão ser recortada por um aspecto de cor e origem específicos (pessoas negras, vindas de determinadas regiões da África) repercutem no modo como as relações raciais se solidificaram na cultura do país. Desde o momento em que um regime escravocrata com tais características passou a moldar os fundamentos da vida da sociedade nos seus mais variados níveis, a relação entre as raças se estabeleceu não só no discurso, mas sobretudo nas práticas cotidianas, como um cristalizador de hierarquias sociais fundadas não apenas pela natureza, mas também em termos teológicos.

No Brasil escravocrata e nos seus resquícios pós-abolição, as categorias negro e africano foram cunhadas como identidades intrínsecas aos processos sociais que se desenhavam na vida do país, dentro da qual o lugar que ocupavam era o da escravidão e dos aspectos que dela derivavam. Desse modo, “[...] nessa sociedade muito racista, a raça era importante, nativamente importante, para dar sentido à vida social porque alocava as pessoas em posições sociais” (Guimarães, 2003: 99). Mas, de acordo com o mesmo autor, mais do que classes, esses lugares sociais eram na verdade castas, dado o caráter fechado que ensejavam, estabelecendo grupos superiores e inferiores baseado em atributos que eram dados também por uma ideia de descendência divina. Nesse sentido, o aspecto biopolítico da raça, que ganha forma com o discurso científico, é estabelecido no Brasil em meio a uma realidade que não rompe com as estruturas escravistas, sendo na verdade absorvido por elas e, conseqüentemente, justificando-as.

Acredito ser interessante pensar o surgimento de um discurso em torno de uma suposta relação do cearense com povos escandinavos, que traz como base de seu argumento explicações que se sustentam em tecnologias da ciência genética, como resultado/efeito desse mesmo biopoder aqui discutido. Mesmo de modo pretensamente desconectado, tal perspectiva parece fazer eco às concepções racializadas que estruturam a própria sociedade brasileira, as quais produzem um lugar simbólico de destaque para a experiência branca, enquanto suprimem e subalternizam as demais. A narrativa racializada sobre o Ceará aqui enfocada expressa abertamente sua preponderância, ainda que tal narrativa entre em choque com a que se manifesta por meio dos dados estatísticos do IBGE que apontam uma minoria de brancos no Ceará.

É interessante notar que, em momento algum, de acordo com as matérias jornalísticas consultadas, a pesquisa afirma que o Ceará é um estado formado por brancos. Entretanto, há uma grande ênfase em uma narrativa que afirma a

forte presença dos nórdicos nos genes dos cearenses. Nessa construção discursiva, de modo implícito, a contribuição indígena ocorreria apenas no fenótipo miscigenado da maior parte da população, sendo a presença dos negros tratada como inexpressiva ou mesmo inexistente, o que reedita discursivamente o histórico silenciamento da existência desses povos no Ceará. Não há um maior detalhamento sobre como essa “genética nórdica” teria se inserido na constituição da população do estado; apenas uma menção de que os brancos colonizadores da região provavelmente trariam consigo tais genes, herdados de possíveis ancestrais escandinavos.

É necessário pensar a construção do discurso em questão dentro de um panorama mais amplo, mais especificamente no que ele corrobora dentro de um estado que, como já demonstrado neste texto, tem sua história marcada não apenas pelo monopólio de elites brancas, mas também por um contínuo processo de invisibilização de outros grupos étnicos, sobretudo de negros, na produção de uma narrativa oficial acerca de si. Aqui, faz-se necessário refletir sobre o biopoder como uma tecnologia racializada, mobilizada principalmente por sujeitos brancos inseridos em um lugar social privilegiado do ponto de vista da produção discursiva. Nesse sentido, como propõe Sueli Carneiro (2005), um de seus elementos constitutivos centrais seria o *epistemicídio*, que a autora entende como um contínuo processo que produz o que ela chama de *indigência cultural* sobre determinados povos convertidos em *outros*. Boaventura de Sousa Santos (1997) define o epistemicídio como um mecanismo de dominação que, atrelado ao genocídio, visa eliminar povos não apenas fisicamente, mas sobretudo suas formas de conhecimento e práticas sociais e culturais, por meio da sua subalternização, subordinação e marginalização.

O caso do estado do Ceará parece ser um grande exemplo de produção epistemicida que se deu de diferentes modos ao longo da história, mas que expressa sua eficácia principalmente pelo discurso. Se, em um determinado momento, a história dos povos indígenas do estado foi inserida dentro de uma narrativa oficial com base em um suposto desaparecimento em meio ao processo de miscigenação colonizadora e a história dos negros esteve permanentemente concentrada na perspectiva de um sistema escravocrata descrito como inexpressivo, que pouco reconhece a influência desses povos, hoje essa tecnologia discursiva se refaz por outras vias. Com um contingente populacional em que 70% das pessoas se autodeclara parda ou preta, como demonstram os dados da pesquisa do IBGE indicada neste artigo, é necessário se perguntar bastante como é possível que narrativas sobre a dominância de genes nórdicos na constituição genética do cearense ganhem tanto respaldo e disseminação midiática.

A narrativa em questão, que busca sua legitimação no discurso científico biologizante da genética, ao reforçar uma limitada participação de negros e demarcar a presença indígena apenas como instrumento de mestiçagem dentro de um processo de mistura racial, tem por efeito contribuir com o silenciamento a respeito da participação ativa de tais sujeitos na construção étnico-cultural do que se entende como *povo cearense*. Tal processo, a seu modo, certamente segue contribuindo com uma postura epistemicida, que tem por efeito afirmar, ainda que no nível do discurso, uma certa brancura cearense garimpada nos recônditos longínquos de uma suposta origem nórdica, ao passo que trabalha no sentido de desviar o pensamento de uma interpretação capaz de reconhecer de forma mais incisiva a existência ativa de negros e indígenas na história do Ceará. Ao tratar da indigência cultural como resultado do epistemicídio, Sueli Carneiro (2005) relaciona a esse processo elementos como a negação do acesso à educação de qualidade, a produção da inferiorização intelectual dos sujeitos subjugados e a sua deslegitimação como produtores de conhecimento, bem como o rebaixamento de suas capacidades cognitivas. Acrescento a isso as distintas estratégias de poder que têm como efeito o silenciamento discursivo dos diferentes grupos sociais que atuam diretamente na construção de uma população, mas que, despossuídos de uma posição favorável na rede biopolítica, são absorvidos pelo discurso dos que podem mobilizá-la conforme suas próprias visões.

Maria Aparecida Silva Bento (2016), ao abordar os estudos que tratam sobre branqueamento no Brasil, denuncia que esses frequentemente tendem a tratar desse tema como um *problema do negro*, o qual, insatisfeito com sua condição, buscaria se encaixar nos ideais propostos pela branquitude nos diversos setores da vida social. A autora, porém, afirma que um estudo mais elaborado sobre esse tipo de narrativa indica que o branqueamento sempre fora uma invenção da elite branca, que via seu próprio grupo como padrão referencial da espécie humana, transformando assim o não branco no *problema a ser tratado*. Evidentemente, o *problema do branco* dentro desse processo de tentativa de embranquecimento da nação sempre fora deixado de lado, gerando aquilo que Lélia Gonzalez (2018) acertadamente chama de *neurose cultural brasileira*, da qual o racismo é um dos principais sintomas. Assim, conforme a autora, o sujeito branco brasileiro, como todo neurótico, constrói mecanismos de ocultação desse sintoma, que têm como efeito conceder-lhe o benefício de não ter de se defrontar com o objeto do recalçamento.

É preciso analisar discursos que, em alguma medida, visam ao embranquecimento de populações não como obra do acaso, mas como produtos daquilo que Silvio Almeida (2019) classifica como *racismo estrutural*, decorrente do

modo normalizado como se constituem as relações políticas, jurídicas, econômicas e mesmo familiares em uma sociedade, dentro de um processo legado aos indivíduos pelo que o autor define como *tradição*. Considerando tais aspectos, vale a pena pensar sobre até que ponto a busca por uma ancestralidade nórdica do Ceará não denuncia o recalçamento de algo que se esconde na própria estrutura social de um estado marcado por posturas epistemicidas. Além do mais, é interessante pensar também sobre em que medida esse recalçamento não seria herança de um trauma ainda não tratado na história cearense.

Uma comunidade pensada por brancos por meio da exclusão do *outro*: notas finais

A história do estado do Ceará está intrinsecamente ligada à do Nordeste, que, por sua vez, sempre fora uma região marcada por essencialismos e onde o elemento da mestiçagem sempre estivera bastante presente. De acordo com Durval Muniz de Albuquerque Junior (2011), os modelos imagético-discursivos pretensamente instituidores daquilo que classifica como tradições nordestinas, suas expressões folclóricas populares, produções artesanais e imaginários culturais são constantemente buscados “[...] em padrões de sociabilidade patriarcais, quando não escravistas” (Albuquerque Júnior, 2011: 91). Para o autor, essa construção, que atua de modo disciplinador e repercute na produção de um determinado tipo de sensibilidade, perpetuando hábitos, costumes e concepções, tem por efeito a instituição de um discurso que retorna constantemente a esse passado padrão, neutralizando conflitos possivelmente inerentes a tais relações. Segundo ele, esse movimento que classifica como *invenção do Nordeste* não se deu de uma hora para outra, tendo sido resultado de ideias capitaneadas por nomes como Gilberto Freyre, mas com a contribuição direta de diversos intelectuais e artistas em diferentes épocas. As narrativas produzidas por tais indivíduos frequentemente apresentam um tom saudosista em relação a um Nordeste patriarcal, marcado por relações hierarquizadas – inclusive racialmente – nas quais as diferenças sociais são silenciadas por relações paternalistas e afetuosas. Assim define o autor o efeito desse discurso:

O autor branco, educado pela mãe negra que lhe deu de mamar, lhe curou as doenças, lhe fez as primeiras carícias e lhe contou as primeiras histórias e que depois aprendeu safadeza com os moleques, é o “democrata racial” e social, aquele que se solidariza e ajuda os hierarquicamente inferiores, desde que estes “o respeitem” e conheçam o seu lugar (Albuquerque Júnior, 2011: 91).

Ou seja, a produção discursiva em torno da região Nordeste é tradicionalmente construída por sujeitos brancos, estando ela repleta de mecanismos instituidores de lugares sociais rigidamente demarcados, apesar de narrativas escamoteadoras das tensões e diferenças. Elas produzem visões líricas sobre a região e seu passado, incluindo as heranças coloniais e escravocratas, ocultando sua face atroz, buscando assim uma reconciliação do presente com um passado nada edificante (Albuquerque Júnior, 2011). Como vimos ao longo desse texto, o Ceará parece fazer jus a essa produção discursiva em torno da região, chegando a levar ao limite a busca pela neutralização dos conflitos inerentes ao passado colonial e ao regime de escravidão dos quais nenhuma parte do território brasileiro esteve realmente excluída, ao indicar o desaparecimento indígena em determinado momento de sua história e a suposta baixa influência do negro no estado. Sendo assim, a perspectiva que afirma a presença de um elemento nórdico no próprio sangue do cearense cumpre uma tarefa bastante singular nesse processo neutralizador, indicando indiretamente que todos os cearenses, independentemente da cor, seriam ligados em função da genética. Mas chama atenção que o elemento a promover essa ligação seja branco. Nesse caso, o cearense se diferenciaria por sua brancura, ainda que nem todo cearense tenha pele branca, uma vez que ela se expressa por meio de um elemento invisível – a genética –, não necessariamente pela cor da pele.

É preciso lembrar que se, de acordo com o discurso produzido pela pesquisa com os genes do cearense, os nórdicos aparecem como esse elemento que aproxima as pessoas, já que ele seria predominante na genética, o abismo social entre os indivíduos com fenótipo branco e aqueles percebidos como negros é imenso, pois, como aponta Oracy Nogueira (2006), no Brasil, o preconceito racial é de *marca*, não de origem. De acordo com o Atlas da Violência 2020⁷, estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, o Ceará é o terceiro estado brasileiro com maior taxa de homicídios contra pessoas negras, com um percentual de 69,5%. Ainda segundo a mesma pesquisa, o crescimento na taxa de homicídios contra essa parcela da população no estado nos últimos 10 anos foi de 187,5%, colocando-o como um dos mais letais para o grupo em questão. Em um quadro comparativo entre negros e brancos considerando o universo de cem mil habitantes, a taxa de homicídios de pessoas negras é de 69,5% contra 14,7% de pessoas brancas no Ceará, demonstrando que há um extermínio de indivíduos não brancos em curso. No campo da saúde, o panorama

7 O documento pode ser consultado em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

não se altera, já que, de acordo com matéria publicada pelo site G1⁸ em 4 de julho de 2020, com base em dados da Secretaria Estadual da Saúde do Ceará, os indivíduos autodeclarados pardos respondem sozinhos por 69,2% dos casos de contaminação por COVID-19 no estado, que, somados aos 2% de pretos infectados pelo novo coronavírus, ultrapassam 70% do total de cearenses acometidos pela doença. São também os negros, de acordo com notícia publicada pelo Diário do Nordeste em 14 de julho de 2020⁹, as maiores vítimas de linchamento no estado.

Os dados apontados não foram postos aqui a título de mera ilustração, mas como elementos de análise sobre como o sistema biopolítico da branquitude, enquanto modelo social constituído, pode trabalhar no sentido de operar dissociações que se efetivam sobretudo por meio do discurso. É necessário aqui nos questionarmos sobre que efeito pode ter a disseminação de um pensamento que trabalha no sentido de reforçar uma origem cearense distanciada das populações não brancas que ajudaram a constituir a maior parte de seu contingente populacional. Observa-se que a postura que oculta a participação desses grupos é uma constante na história do estado Ceará, mas os efeitos disso não ficam apenas no campo da cultura e da produção simbólica, impactando diretamente na vida material de pretos e pardos. Conforme Lia Vainer Schucman,

[...] podemos pensar a branquitude como um dispositivo que produz desigualdades profundas entre brancos e não brancos no Brasil, em nossos valores estéticos e em outras condições cotidianas de vida, em que os sujeitos brancos exercem posições de poder sem tomar consciência deste *habitus* racista que perpassa toda a nossa sociedade (Schucman, 2012: 29).

Para a autora, há uma naturalização constante dessa desigualdade racial, a ponto de tanto negros quanto brancos não questionarem o fato de os primeiros serem os mais afetados por distintos problemas sociais, além de frequentemente ocuparem lugares subalternos em relação aos brancos. Proponho que reflitamos sobre o quanto determinados discursos produzidos dentro do sistema da branquitude, muitos deles amparados pela própria Ciência, não terminam por neutralizar tensões estruturais que, em vez de silenciadas, devem ser encaradas de frente. A constatação de uma suposta prevalência de genes nórdicos no DNA dos cearenses em nada contribui para alterar o fato de que o racismo estrutural permanece

8 Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/06/04/ser-preto-aqui-e-ter-sua-identidade-apagada-negros-relatam-como-o-racismo-afeta-o-cotidiano-de-quem-vive-no-ceara.ghtml>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

9 Disponível em: <<https://diarionordeste.verdesmares.com.br/seguranca/ceara-registrou-ao-menos-16-linchamentos-ou-tentativas-em-um-ano-diz-estudo-1.2965631>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

a atuar como um projeto que perpetua narrativas que colaboram para a grande desigualdade racial que se desenha no estado ainda nos dias de hoje.

Silvio Almeida (2019) nos chama atenção para o fato de que, dentro de um processo que entende como ideológico, a capacidade de produção de narrativas no sentido de acentuar uma *unidade social* se mostra como fundamental, o que evidentemente deixa de fora fraturas como a desigualdade de classes, o racismo e o sexismo. Para o autor, a construção de um imaginário concentrado nesse ideal de unidade social é parte da dimensão política e do exercício de poder levado a cabo por instituições como o próprio Estado, mas também por escolas, universidades e meios de comunicação de massa, incluindo as redes sociais. Tal dimensão se apresenta como parte da face política do racismo estrutural, que aciona narrativas unificadoras que têm por efeito o silenciamento dos cortes por ele produzidos no cotidiano dos indivíduos, racialmente segregados pelo próprio modo como a estrutura social se estabelece. De posse dessa perspectiva, é possível afirmarmos que a branquitude produz *comunidades imaginadas*, no sentido atribuído por Benedict Anderson (2008) ao termo, ou seja: imaginadas não porque são invenções falsas ou verdadeiras, pertencentes a um campo abstrato e fantasioso, mas porque são pensadas/imaginadas de determinadas formas e estilos visando se distinguirem umas das outras.

O Ceará, enquanto província e/ou território histórico instituído por uma ocupação social e política, é uma comunidade imaginada. Mas, tal como muitas dentro do Brasil – e mesmo como o próprio país –, ela é uma produção discursiva que parte de um determinado lugar dentro da rede de poder. Foi assim que, ao logo do tempo, as narrativas sobre o estado sempre priorizaram determinados modelos imagético-discursivos em detrimento de outros, produzindo a ideia de um lugar onde brancos predominariam na constituição étnico-cultural da população, sobretudo quando comparado a outros estados nordestinos. Mas, como toda narrativa constituída pelas elites brancas brasileiras, tais perspectivas estariam atravessadas por aquilo que Guerreiro Ramos (1995) define como *patologia social do branco brasileiro*. Segundo sua teoria, os indivíduos considerados brancos no Brasil (sobretudo os do Norte-Nordeste), por não disporem de uma linha de cor intransponível como nos EUA, que definiria a brancura pela ausência de mistura racial, tenderiam a manifestar um tipo de autopercepção marcada por uma espécie de insatisfação com sua própria condição étnica. Essa distorção na autoimagem, que o autor percebe como um fenômeno coletivo, é patológica na medida em que tais sujeitos se dedicam a buscar símbolos capazes de os tornar *mais brancos*, sejam eles signos de distinção econômica, intelectual ou aparatos estéticos capazes comunicarem de algum modo suas

origens enobrecedoras. Creio não ser exagero pensar a disseminação de um discurso sobre origens nórdicas como a expressão de uma patologia social que se manifesta na obsessão de parte da branquitude cearense não só em se perceber mais branca, mas também em estender essa brancura para a totalidade da população, se não pela cor, ao menos por meio dos genes – invisíveis, porém, legitimados pelo discurso científico.

Foucault (1996) nos chama atenção para o fato de que, ao analisarmos o discurso, um dos princípios a ele relacionados que devemos considerar é o da *especificidade*. Ou seja, o discurso não deve ser concebido como algo que o autor classifica como *um jogo de significações prévias*. Nesse sentido, ele não seria um mecanismo de decifração de um mundo que a nós se apresentaria previamente ao nosso bel prazer interpretativo. Em outras palavras, o mundo não seria uma produção alinhada a nossas próprias leituras em relação a ele ou, para o usar os termos do autor, não seria *cúmplice do nosso conhecimento*. O que sabemos a seu respeito, o modo como o enxergamos e o vivenciamos não é pré-discursivo, mas surge com as produções discursivas que criamos a seu respeito, ou com aquelas que nos são de algum modo legadas. Sob esse prisma, conforme Foucault (1996: 53), o discurso deve ser concebido “[...] como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nessa prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio da sua regularidade”.

Todo discurso, enquanto dispositivo de poder, produz um efeito de verdade que se ramifica e origina práticas e modos de pensar/fazer/sentir o mundo. Foi nessa dimensão que procurei pensar as narrativas a respeito da constituição étnica do cearense. Se a pesquisa com os genes de uma amostragem representativa dos cearenses indicou a prevalência de um elemento nórdico na população, creio que se faz necessário refletir sobre os limites dessa percepção, que, embora amparada por um determinado saber científico, não é a única possível, já que outras questões se mostram relevantes no processo de delimitação das características socioculturais de uma população. É preciso olhar para os diferentes discursos e narrativas possíveis sobre a origem da população do Ceará, no intuito de perceber que não há versão única, para então produzir uma perspectiva crítica em relação ao monopólio interpretativo da branquitude, que segue ainda expressando uma hegemonia discursiva no estado. Apesar disso, sabemos que os tensionamentos têm sido realizados com uma frequência crescente nos últimos tempos no Brasil, muito embora a branquitude ainda pouco questione os lugares privilegiados de produção e disseminação de discursos dos quais usufrui. Este texto é apenas uma tentativa de chamar atenção para isso,

visando abrir espaço para a circulação de outros discursos sobre o mundo que a nós se apresenta.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo, Sueli Careiro/Pólen, 2019.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas – reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2011.
- ASSUNÇÃO, Mariana Almeida. *Escravidão e liberdade em Fortaleza, Ceará (Século XIX)*. Tese de doutorado, História, UFBA, 2009.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva. (Org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 2016.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese de doutorado, Educação, USP, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo, Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo, Global, 2003.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALES, Lélia. *Primavera para as rosas negras*. Diáspora Africana, Editora Filhos da África, 2018.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. Patologia social do branco brasileiro. In: GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Introdução crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1995.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar raça em Sociologia. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 29, n. 1, jan./jun. 2003, pp. 93-107.
- MUNANGA, Kabengele. Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 33, 1990, pp. 109-117.
- MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo, Annablume Editora, 2012.
- MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (Org.). *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba, Appris, 2017.
- MARQUES, Janote Pires. A invisibilidade do negro na história do Ceará e os desafios da lei 10.639/2003. *Poiésis*. Tubarão, v. 7, n. 12, jun./dez. 2013, pp. 247-366.

- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. *Tempo Social*. São Paulo, v. 19, n. 1, nov. 2006, pp. 287-308.
- NETO, João Leite. Índios e terras – Ceará: 1850-1880. Tese de doutorado, História, UFPE, 2006.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese de doutorado, Psicologia, USP, 2012.
- SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. *Irmandade e festa: rosário dos pretos de Sobral (1854–1884)*. Fortaleza: Edições NUDOC/Expressão Gráfica Editora, 2006.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira*. São Paulo, Claro Enigma, 2012.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo, Cortez, 1997.

Recebido em: 24/03/2021

Aprovado em: 19/11/2021

Como citar este artigo:

- CASTRO, Thiago Silva de. A *origem nórdica do cearense* e os efeitos da branquitude no estado do Ceará. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 2, maio - agosto. 2022, pp. 569-595.